

Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2008 / 2010

Pelo presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, de um lado a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, doravante denominada “COMPANHIA”, e, de outro lado, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO E PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS E EM SERVIÇO DE ESGOTOS DE NITERÓI, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO E PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS E EM SERVIÇO DE ESGOTOS DE CAMPOS E REGIÃO NORTE E NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, o SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, o SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU/CUT, doravante denominados “SINDICATOS”, por seus representantes legais, ajustam as seguintes Cláusulas para vigorarem de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2010, a saber:

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL – Os salários dos empregados da Companhia serão corrigidos em 01/05/2008, pela aplicação do percentual de 7% (sete por cento), índice que inclui o INPC (período maio/2007 a abril/2008) e o aumento real de salários.

Parágrafo Único – A partir de 1º de maio de 2009 a Companhia reajustará os salários dos empregados pelo percentual correspondente à variação do INPC no período de maio de 2008 a abril de 2009.

CLÁUSULA 2ª - PCCS – A Companhia apresentará, em até 60 (sessenta dias) após a assinatura do Acordo, a implantação de novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, conjunto de normativas que serão apreciados pelo Comitê Paritário de Recursos Humanos e Sindicatos signatários de ACT, com vistas a validação para sua efetiva implantação.

Parágrafo Único - A Companhia apresentará, observadas as limitações legais, orçamentárias e financeiras, cronograma de implantação do PCCS.

CLÁUSULA 3ª - TICKET-REFEIÇÃO – A Companhia concederá para seus empregados, mensalmente, 01 (um) ticket-refeição por dia trabalhado, a partir de 1º maio de 2008 no

valor facial unitário de R\$ 13,94 (treze reais e noventa e quatro centavos), valor já acrescido do percentual de 7% (sete por cento), em quantidade máxima de 24 (vinte e quatro) tickets, com exceção do previsto no parágrafo 4º, descontando de cada um os valores mensais irreatável, correspondentes à unidade de menor padrão monetário vigente, sendo na data deste acordo o valor de R\$ 0,01 (um centavo) e/ou valor que vier a ser fixado pela paridade decorrente de Legislação Federal, a título de participação neste benefício, obedecidas às disposições dos parágrafos seguintes:

Parágrafo 1º - Só farão jus ao ticket-refeição, os empregados que estejam no efetivo exercício de suas atividades na Companhia, não se aplicando, portanto, aos empregados que estejam ou venham a ser colocados à disposição de outros órgãos ou entidades, em quaisquer circunstâncias, exceto os empregados que estejam no exercício de mandato sindical ou em atividade nas entidades associativas ou representativas dos trabalhadores da CEDAE.

Parágrafo 2º - Serão consideradas como de efetivo exercício, para fins exclusivos de percepção de ticket-refeição, as ausências por motivo de doença, até 15 (quinze) dias, desde que devidamente reconhecidas pela Companhia, as ausências justificadas e devidamente abonadas nos limites das Normas da Companhia, as ausências por motivo de acidente de trabalho e as ausências motivadas por convocação da Justiça na forma de Lei vigente.

Parágrafo 3º - Os empregados não farão jus ao ticket-refeição nos dias de falta ao serviço, nos períodos de férias e de licenças prêmio, ou por quaisquer outros afastamentos não mencionadas no Parágrafo 3º desta Cláusula.

Parágrafo 4º - Os empregados escalados previamente para plantões, desde que não sujeitos a escala de 24 x 72, farão jus ao ticket-refeição.

Parágrafo 5º - O benefício do ticket-refeição ora acordado, pela sua própria natureza e de acordo com a legislação específica que rege a matéria, não será, em qualquer hipótese, incorporado aos salários dos empregados.

Parágrafo 6º - Sempre que a frequência do empregado for integral, ou seja, coincidir com o número de dias de trabalho do mês, será concedido o quantitativo de 24 (vinte e quatro) tickets-refeição no mês seguinte ao da apuração.

Parágrafo 7º - A partir de 1º de maio de 2009 a Companhia reajustará o valor facial unitário do ticket-refeição dos empregados pelo percentual correspondente à variação do INPC no período de maio de 2008 a abril de 2009.

CLÁUSULA 4ª - CESTA BÁSICA – A Companhia concederá o benefício da Cesta Básica aos seus empregados, a partir de 1º maio de 2008 no valor de R\$ 197,95 (cento e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos) por mês, valor já acrescido do

percentual de 7% (sete por cento), de acordo com as normas do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT do Ministério do Trabalho, para cada empregado, excetuando-se os ocupantes dos cargos de Nível Universitário e aqueles que percebem a vantagem denominada Gratificação por Representação de Exercício de Cargo de Chefia - GREC, descontando-se de cada um o valor mensal irreeajustável correspondente à unidade de menor padrão monetário vigente, sendo na data deste acordo o valor de R\$ 0,01 (um centavo) e/ou valor que vier a ser fixado pela paridade decorrente de Legislação Federal, a título de participação neste benefício.

Parágrafo 1º - O benefício da Cesta Básica ora acordado, pela sua própria natureza e de acordo com a legislação específica que rege a matéria, não será, em qualquer hipótese, incorporado aos salários dos empregados.

Parágrafo 2º - Os descontos da Cesta Básica, oriundos de faltas não justificadas serão definidos por dispositivos administrativos internos da Companhia.

Parágrafo 3º - Só farão jus ao recebimento do benefício da Cesta Básica os empregados beneficiários que estejam no efetivo exercício de suas atividades na Companhia, não se aplicando, portanto, aos empregados que estejam ou venham a ser colocados à disposição de outros órgãos ou entidades, em quaisquer circunstâncias, exceto os empregados que estejam no exercício de mandato sindical ou em atividades nas entidades associativas ou representativas dos trabalhadores da Companhia.

Parágrafo 4º - Serão considerados como de efetivo exercício, para o fim exclusivo de percepção do benefício Cesta Básica, as ausências por motivo de doença, até 15 (quinze) dias, desde que devidamente reconhecidas pela Companhia, as ausências justificadas e devidamente abonadas nos limites das Normas da Companhia, as ausências por motivo de acidente de trabalho, as ausências motivadas por convocação da Justiça na forma da Lei vigente e os períodos de benefícios concedidos pelo INSS, desde que tal necessidade de afastamento seja ratificada, por perícia médica da Companhia.

Parágrafo 5º - Os empregados beneficiados não farão jus ao benefício da Cesta Básica, nos períodos de férias e licença prêmio.

Parágrafo 6º - O benefício da Cesta Básica será em documento "Vale – Cesta Básica", destinado a aquisição exclusiva de alimentos.

Parágrafo 7º - A partir de 1º de maio de 2009 a Companhia reajustará o valor da CESTA BÁSICA pelo percentual correspondente à variação do INPC no período de maio de 2008 a abril de 2009.

CLÁUSULA 5ª - HORAS EXTRAS – A Companhia, nos dias úteis, em havendo serviços extraordinários, efetuará o pagamento de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, utilizando o fator 220 para apuração do salário-hora.

Parágrafo 1º - Em se tratando de domingos e feriados, o percentual será de 100% (cem por cento).

Parágrafo 2º - A Companhia concorda, a partir da data de assinatura do presente Acordo, em discriminar no contra-cheque todas as horas extras.

CLÁUSULA 6ª – BOLSAS DE ESTUDO – A Companhia concederá aos Sindicatos Signatários do Acordo Coletivo de Trabalho, até 400 (quatrocentas) bolsas de estudo para o 2º grau - curso técnico, a serem utilizadas em instituições de ensino técnico de inquestionável reputação ético-profissional, no valor unitário de até R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Parágrafo 1º - A utilização dessas bolsas de estudo deverá caber, exclusivamente, aos empregados ativos da Companhia, sindicalizados ou não, e a seus dependentes devidamente habilitados.

Parágrafo 2º - Será constituída Comissão Paritária, composta por 06 (seis) membros, metade indicada pela Presidência da CEDAE e a outra metade indicada pelos Sindicatos Signatários deste Acordo, para receber, avaliar e definir os beneficiários das bolsas previstas. No caso de inscrições superiores ao número de vagas previstas no caput desta cláusula, a Comissão Paritária deverá e priorizar a concessão das bolsas aos empregados ativos da Companhia, bem como deverá observar as condições sócio-econômicas dos inscritos para definição daqueles que deverão ser atendidos.

Parágrafo 3º - Em caso de aposentadoria ou falecimento de empregado, na vigência do presente acordo, cujo dependente esteja em gozo do suscitado benefício neste período será garantida a conclusão do ano letivo, sendo vedada, desde logo, a renovação da bolsa de estudo para o ano letivo seguinte.

Parágrafo 4º - O dependente de empregado que completar 18 (dezoito) anos, na vigência do presente acordo, e que esteja em gozo do suscitado benefício neste período será garantida a conclusão do ano letivo, sendo vedada, desde logo, a renovação da bolsa de estudo para o ano letivo seguinte.

Parágrafo 5º - O repasse mensal dos valores das bolsas concedidas se dará mediante apresentação, pelos sindicatos, da devida quitação junto aos colégios conveniados das bolsas de estudo do mês anterior, de acordo com o desembolso da Companhia.

CLÁUSULA 7ª – AUXÍLIO CRECHE E PRÉ-ESCOLAR – A Companhia manterá o valor do Auxílio-Creche / Pré-Escolar em até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), destinando-se este benefício a atender as despesas devidamente comprovadas de internação em creches ou jardins de infância dos filhos dos empregados da Companhia, até a idade máxima de 7 (sete) anos incompletos, inclusive.

CLÁUSULA 8ª - MATERIAL ESCOLAR – A Companhia aportará recursos do fundo rotativo de material escolar, mantendo, inclusive, o que já é concedido, isto é, 50% (cinquenta por cento) do piso salarial como valor máximo de benefício por empregado, a descontar em 3 (três) parcelas de igual valor. A CEDAE fixa em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) o valor máximo anual para atender este benefício a partir de 01/05/2008.

Parágrafo 1º – A companhia se compromete a conceder este benefício no curso do mês de janeiro de cada ano.

Parágrafo 2º - Os sindicatos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho encaminharão no mês de Fevereiro de cada ano, impreterivelmente, a relação de empregados beneficiados e que serão descontados em 03 (três) parcelas mensais iguais e consecutivas, já a partir do mês de Março, para ressarcimento a CEDAE.

Parágrafo 3º - O saldo remanescente entre o valor repassado aos Sindicatos signatários e o valor destinado aos empregados, deverá ser recolhido integralmente e em parcela única a CEDAE até o 5º dia útil do mês de Março de cada ano.

CLÁUSULA 9ª – AUXÍLIO DEPENDENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA – A Companhia concederá o valor de R\$ 672,36 (seiscentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos) para o benefício Auxílio Dependente Portador de Deficiência, sendo este benefício garantido aos empregados que tiverem filho(s) ou dependente(s) reconhecidos como tal pela Previdência Social ou tutelados, cuja deficiência seja enquadrada na forma da Legislação Federal específica e necessitem de cuidados especiais. Havendo as devidas comprovações junto as áreas médica e social da CEDAE da destinação do presente auxílio à finalidade a que se destina.

CLÁUSULA 10ª – AUXÍLIO FUNERAL – A Companhia reembolsará os valores do Auxílio Funeral em até R\$ 1.326,00 (um mil trezentos e vinte e seis reais), por morte do empregado, e por falecimento de seus dependentes, como: esposa, companheira habilitada na Previdência Social, filho ou filha menores de 21 anos, filho(s) inválidos de qualquer idade e menores que estejam sob a guarda do empregado na forma de adoção, reconhecida por sentença judicial, e pais economicamente dependentes.

Parágrafo 1º – Para fins de extensão do benefício previsto no caput, bem como de qualquer outro no presente acordo, serão considerados dependentes apenas aqueles devidamente registrados perante a Previdência Social, nos moldes do artigo 32 da CLT.

Parágrafo 2º – O reembolso de despesas do Auxílio Funeral, até o limite do valor estabelecido no caput desta cláusula, será pago em até 30 (trinta) dias contados da apresentação de todos os comprovantes originais de despesas à CEDAE.

CLÁUSULA 11ª - LICENÇA PRÊMIO – A Companhia concederá aos empregados, que tenham sido admitidos até o ano de 2001, Licença Prêmio de 3 (três) meses para cada 5 (cinco) anos de serviços efetivos prestados à empresa, até o limite de 35 (trinta e cinco) anos e que deverá ser usufruída exclusivamente em período gozado.

Parágrafo 1º - A partir de 1º de Janeiro de 2009, não serão computados novos períodos para apuração de serviços efetivamente prestados à empresa, com a finalidade de concessão de LICENÇA PRÊMIO aos empregados da CEDAE.

Parágrafo 2º - Tal concessão (LICENÇA PRÊMIO) será computada para efeito de apuração de serviços efetivos prestados a empresa até a data de 31/12/2008. O tempo apurado até 31/12/2008 que não atinja o período de 5 (cinco) anos de serviços efetivos prestados à empresa será computado para efeito de concessão proporcional da Licença Prêmio.

Parágrafo 3º - A Licença Prêmio será gozada integralmente, inadmitida a conversão em pecúnia.

Parágrafo 4º - A Licença Prêmio que for apurada e consolidada até a data de 31/12/2008 será informada ao empregado para que sejam programadas anualmente, observadas as necessidades de trabalho da área de lotação do empregado.

Parágrafo 5º - Deverá ser priorizada a Licença Prêmio aos empregados que estiverem em vias de aposentadoria para desligamento da empresa.

CLÁUSULA 12ª - PRÊMIO APOSENTADORIA - A Companhia pagará, a partir da assinatura do presente Acordo e durante a sua vigência, por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um PRÊMIO, no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado na CEDAE, considerada a data de admissão existente na ficha de registro de empregados e de acordo com os critérios estabelecidos nos parágrafos seguintes:

Parágrafo 1º - Ao empregado que no curso do presente Acordo, ou seja, à partir de 1º de maio de 2008, venha a preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data da aquisição deste direito, inclusive através da PRECE, e desde que se desligue do emprego que ocupa nesta Companhia, dentro dos 30 (trinta) dias seguidos da data da concessão da aposentadoria.

Parágrafo 2º - O empregado enquadrado em qualquer dos parágrafos supra e que não cumpra os critérios e prazos ali estabelecidos, perderá, definitivamente, o PRÊMIO de que trata a presente cláusula.

Parágrafo 3º - O valor do PRÊMIO de que trata a presente cláusula e seus parágrafos, para o empregado beneficiado, será equivalente ao seu salário-base (código 001 da folha

de pagamento) e nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- a) 10 (dez) salários-base (código 001 da folha de pagamento) àquele que possua 30 (trinta) ou mais anos de serviço;
- b) aquele que possua 10 (dez) ou mais anos e menos de 30 (trinta) anos de serviço, será computado 0,33 salários-base (código 001 da folha de pagamento), para cada ano completo de serviço.

Parágrafo 4º - O empregado que no curso do presente Acordo seja afastado pelo INSS por motivo de aposentadoria por INVALIDEZ fará jus ao PRÊMIO de que trata a presente cláusula e seus parágrafos, observadas as proporções de tempo de serviço estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do parágrafo 3º.

Parágrafo 5º - Em caso de reintegração de empregado aposentado por invalidez, face decisão do INSS, o empregado, neste caso, não mais fará jus ao PRÊMIO no futuro, por motivo de desligamento decorrente de aposentadoria por tempo de serviço, salvo para aqueles que não tenham recebido este PRÊMIO por não ter completado o tempo mínimo e, também, para aqueles que tenham dez ou mais anos de serviço efetivo prestados à Companhia, a contar da data da reintegração.

Parágrafo 6º - A CEDAE, no curso do presente acordo coletivo, de acordo com a sua disponibilidade financeira, efetuará o pagamento do suscitado PRÊMIO dos empregados já aposentados.

Parágrafo 7º - A CEDAE efetuará o pagamento do suscitado PRÊMIO APOSENTADORIA, em até 60 (sessenta) dias contados do desligamento do empregado.

CLÁUSULA 13ª – DISPENSA PARA AMAMENTAR – A Companhia concederá, nos termos da legislação estadual (LEI nº 5.160/2007 – PROGRAMA MATERNIDADE CIDADÃ), a prorrogação da licença-maternidade por 60 (sessenta) dias, contados do término da licença-maternidade prevista no inciso XVIII, art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA 14ª – ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA – A Companhia concorda em manter convênios com as entidades sindicais representativas dos empregados, com o objetivo de propiciar aos empregados tratamento odontológico, de acordo com tabela de serviços autorizados, até o limite de R\$ 8,01 (oito reais e um centavo) por empregado.

Parágrafo Único – Os referidos convênios serão subordinados a ação de fiscalização direta do Serviço de Medicina do Trabalho, tanto para fins atestação, que se dará pela declaração do empregado beneficiado do tratamento odontológico, quanto para fins de prestação de contas.

CLÁUSULA 15ª - LICENÇA DE PAGAMENTO – A Companhia liberará, meio expediente, nas datas de pagamento dos salários, conforme item 21 da Norma de Frequência, para fins de recebimento, única e exclusivamente, os empregados que não recebam salário através de crédito em conta corrente e/ou tenham a livre movimentação de conta obstada por bloqueio.

CLÁUSULA 16ª – ASSISTÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL – A Companhia, se compromete a elaborar e apresentar, em até 90 (noventa) dias da data de assinatura do acordo, estudos afim de equacionar o problema do quantitativo de profissionais, possibilitando a criação de postos de atendimentos no interior do Estado.

CLÁUSULA 17ª – ESTÁGIO PARA ALUNOS BOLSISTAS - A Companhia concorda em conceder vagas para estágio de nível médio aos estudantes bolsistas, sem vínculo empregatício.

CLÁUSULA 18ª - AUXÍLIO TRANSPORTE - A Companhia se compromete a manter o pagamento a todos os empregados que optarem pelo recebimento do Vale Transporte, conforme estabelece a legislação federal pertinente à matéria.

CLÁUSULA 19ª – INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO – A Companhia, na hipótese de morte ou invalidez permanente, decorrente de acidente de trabalho, pagará uma indenização correspondente a 40 (quarenta) vezes o salário – base (código 001 da folha de pagamento) do empregado acidentado. No caso de invalidez o próprio acidentado receberá a indenização e em caso de morte a indenização deverá ser paga aos seus beneficiários ou, na ausência destes, aos herdeiros legais.

Parágrafo Único - A CEDAE efetuará o pagamento da suscitada indenização, bem como demais verbas decorrentes da suspensão ou extinção do contrato de trabalho, no ato da baixa da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

CLÁUSULA 20ª – UNIFORMES, EPI'S E EPC'S – A Companhia se compromete a investir e fornecer aos seus empregados uniformes e equipamentos de proteção individual e coletivo, bem como substituir os equipamentos e uniformes danificados, devendo os empregados zelar pela conservação dos equipamentos e uniformes, sob pena das sanções disciplinares previstas no regimento interno da Companhia.

Parágrafo 1º - Para a efetivação da substituição de equipamentos de proteção individual e/ou uniformes é necessária a devolução do danificado;

Parágrafo 2º - Os uniformes poderão ser substituídos semestralmente, de acordo com as condições de conservação dos mesmos.

Parágrafo 3º - Os equipamentos de proteção individual e coletiva serão substituídos mediante requerimento e, em caso de culpa ou dolo do empregado, poderá a Companhia,

nos moldes do § 1º do artigo 462 da CLT, efetuar o desconto referente ao prejuízo, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo 4º - A não utilização do uniforme completo, bem como dos equipamentos de proteção individual e coletiva, será considerada falta disciplinar, sendo punido o empregado e o chefe imediato, culpa in vigilando, de acordo com o regimento interno da Companhia.

CLÁUSULA 21ª - REPASSE DE VALORES DESCONTADOS – A Companhia se compromete a repassar às Entidades (Sindicatos, Associações, PRECE e CAC) os valores descontados dos salários dos empregados em favor das mesmas, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao do atesto/entrega do documento, a aquele que se referir o desconto.

CLÁUSULA 22ª – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS – A Companhia concorda em liberar do ponto, sem prejuízo da remuneração a que fazem jus, os empregados eleitos para Dirigentes Sindicais, devidamente empossados, para as instâncias de administração, fiscalização e representação dos Sindicatos majoritários signatários deste Acordo, bem como FNU e CUT, até o total de 34 (trinta e quatro), devendo ser apresentada pelos sindicatos à Diretoria Administrativa e Financeira a relação dos empregados que fizerem jus a esta liberação.

CLÁUSULA 23ª - FORMAÇÃO EDUCACIONAL – A Companhia realizará estudos para implementação de programas de formação de 1º e 2º graus, através do Programa de Elevação de Escolaridade, a ser divulgado aos Sindicatos.

CLÁUSULA 24ª - CALENDÁRIO DE PAGAMENTO – A Companhia se compromete, na vigência do presente Acordo, a elaborar o calendário de pagamento anual, condicionado ao fluxo de caixa, divulgando-o a todos os empregados, em até 10 dias após a assinatura deste.

CLÁUSULA 25ª – REGISTRO DE PONTO - A Companhia se compromete em viabilizar o instrumento adequado à aferição de frequência de todos os empregados, no menor prazo possível.

CLÁUSULA 26ª - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO – A Companhia concorda em manter o pagamento, a título de salário substituição, da gratificação CED e/ou GAS para os que venham a ocupar cargos de confiança, por substituição, pelo período igual ou superior a 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA 27ª - RISCOS NOS LOCAIS DE TRABALHO - A Companhia assegurará aos empregados o direito às informações sobre os riscos presentes em seus locais de trabalho, assim como sobre as medidas adotadas para prevenir e limitar esses riscos, sendo encaminhado ao Comitê e/ou CIPA os casos de suspensão da execução da tarefa por

parte do empregado quando sua vida ou integridade física se encontrarem em risco grave e iminente, exceto o risco inerente a sua função.

CLÁUSULA 28ª - REUNIÕES PERIÓDICAS – A Companhia e os Sindicatos, a partir da data do presente acordo, realizará reuniões ordinárias mensais na primeira quinzena dos respectivos meses, para acompanharem o cumprimento das cláusulas deste acordo.

CLÁUSULA 29ª - CIPA – A Companhia continuará promovendo a implantação e a reativação de todas as CIPAS que devam existir nos vários locais de trabalho.

Parágrafo 1º – A CEDAE continuará a incentivar a promoção de eleições para as CIPAS em todos os setores, respeitando-se os mandatos e suas vigências.

Parágrafo 2º - A CEDAE por meio de seus órgãos de Medicina e Engenharia de Segurança do Trabalho acompanhará o funcionamento das CIPAS, requisitando seus relatórios de atividades para verificação e monitoramento de medidas preventivas e corretivas indicadas.

CLÁUSULA 30ª - SEGURANÇA NO TRABALHO – A Companhia concorda em reestruturar o projeto específico de Segurança do Trabalho apresentado, onde fica definido o percentual da sua receita operacional que deverá ser utilizado para esse fim, nos termos elaborado pela Diretoria de Administrativa e Financeira.

Parágrafo 1º - A Companhia continuará reformando as suas instalações e ambiente de trabalho, tanto das áreas operacionais quanto administrativas, de forma a oferecer os padrões necessários de conforto, higiene e segurança aos seus empregados.

Parágrafo 2º - A Companhia se compromete a cumprir as deliberações do Comitê Permanente de Prevenção de Acidente do Trabalho, que terá em sua composição 01 (hum) representante do SINTSAMA-RJ, STIPDAENIT e STAECNON.

Parágrafo 3º - A CEDAE se compromete a continuar elaborando os Mapas de Riscos de todos os setores da Companhia.

Parágrafo 4º - A CEDAE se compromete a informar aos Sindicatos, respeitadas as suas bases territoriais, os acidentes de trabalho ocorridos.

CLÁUSULA 31ª - EMPREGADO EM BENEFÍCIO – A Companhia concorda em informar, bimestralmente, nos contracheques de todos os empregados em benefício, que tenham complementação salarial paga pela CEDAE, que estejam ou venham a ficar em débito junto à PRECE, a CAC e aos Sindicatos Signatários do Acordo Coletivo, a fim de que regularizem suas situações.

CLÁUSULA 32ª - PISO SALARIAL – O piso salarial é o da classe O2 – Nível A do PCCS (Auxiliar de Apoio Profissional) para os empregados já posicionados no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, ressalvados os casos de ingresso por concurso público no cargo de Servente.

CLÁUSULA 33ª - SAÚDE OCUPACIONAL – A Companhia concorda em manter o programa de saúde ocupacional existente, com a interveniência da CAC, durante a vigência deste Acordo. O programa hoje existente deverá também atender as atividades compatíveis com as funções específicas.

Parágrafo Único - Com o convênio de saúde ocupacional firmado entre a CEDAE e a CAC, fica extinta, na Companhia, a medicina assistencial, tendo em vista a assistência médica já prestada pela CAC.

CLÁUSULA 34ª - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA – A Companhia descontará de todos os seus empregados filiados aos sindicatos acordantes, a Contribuição estabelecida na Constituição Federal, conforme aprovada em Assembléia, devendo os valores descontados, serem consignados ao sindicato beneficiário até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte àquele a que se referir o desconto.

Parágrafo Único - O empregado que não estiver filiado ao Sindicato, poderá sofrer o desconto desde que seja encaminhada pelo mesmo ao Departamento de Pessoal da Companhia autorização expressa em até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente acordo.

CLÁUSULA 35ª – TREINAMENTO – A Companhia investirá parte de seu orçamento de pessoal no Programa de Treinamento, exclusivo a todos os empregados, cujas bases e prioridades serão estabelecidos através de um programa desenvolvido pela Gerência de Recursos Humanos.

Parágrafo Único - A Companhia estabelecerá calendário e programa específico para a valorização profissional dos seus empregados, através de cursos de aperfeiçoamento, podendo ser realizados nas instalações da empresa preferencialmente ou em instalações externas, inclusive com participação em seminários, congressos técnicos e de interesse para a Companhia e seu corpo técnico-administrativo.

CLÁUSULA 36ª - RECUPERAÇÃO DE EMPREGADOS DEPENDENTES QUÍMICOS - A Companhia promoverá e incentivará programas de recuperação dos empregados alcoólatras ou dependentes químicos.

Parágrafo Único - Os empregados através do programa ora mencionado terão suas penalidades reavaliadas após 12 (doze) meses de efetiva recuperação, devidamente acompanhadas pelo Serviço Social da Companhia.

CLÁUSULA 37ª - CAFÉ DA MANHÃ – A Companhia concorda em manter o café da manhã, composto de pão ou similar com manteiga, café e leite em todas as áreas operacionais, sendo o mesmo servido antes do início da jornada de trabalho.

Parágrafo Único – A companhia se compromete a estudar e propor solução para os casos onde o fornecimento do café da manhã esteja dificultado por motivos operacionais de atendimento.

CLÁUSULA 38ª - CATEGORIA ONZE - A Companhia concorda em manter os atuais beneficiados com a Categoria Onze no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, representando um acréscimo de 5% (cinco por cento), sobre a categoria 10 para os empregados que já completaram 30 (trinta) anos de efetivo exercício na Companhia.

Parágrafo Único – este benefício só será aplicado aos empregados ocupantes de cargos do PCCS, em razão dos impedimentos constantes do item 41 das Disposições Especiais Transitórias do PCCS e item 24 do Quadro Básico de Pessoal, Capítulo 3.

CLÁUSULA 39ª - ADIANTAMENTO DE FÉRIAS – O adiantamento de férias será pago, por expressa manifestação do empregado, devendo seu desconto ser processado em 4 (quatro) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir do mês seguinte ao do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 40ª - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO - A Companhia concederá antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, aos empregados que apresentarem requerimento específico, com 90 (noventa) dias de antecedência em relação ao mês de pagamento pretendido, nos termos da Lei Federal nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Parágrafo Único – A antecipação de 50% (cinquenta por cento) nos meses previstos pelo “caput” desta cláusula será paga ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

CLÁUSULA 41ª - TERCEIRA IDADE - A Companhia concorda em dar continuidade ao Projeto da Terceira Idade, gerenciado e divulgado pela PRECE.

CLÁUSULA 42ª – FORMULÁRIO P.P.P – A Companhia se compromete a fornecer a todos os empregados que trabalham em condições insalubres ou perigosas, recebendo os respectivos adicionais, o formulário PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO que os habilitem a requerer aposentadoria especial do INSS.

Parágrafo Único – A Companhia se compromete a apresentar estudo para inclusão do P.P.P em sua política de aposentadoria, apresentando os impactos no cálculo atuarial para os diversos parâmetros estudados.

CLÁUSULA 43ª – REPRESENTANTES SINDICAIS – Os empregados elegerão comissões de setor composta de 3 (três) representantes sindicais nos locais de trabalho que agrupem 200 (duzentos) empregados ou fração superior a 100 (cem) empregados, os quais terão mandatos coincidentes com o da diretoria do respectivo sindicato, assegurada aos mesmos a imunidade sindical garantida no art. 8º, item VIII, da Constituição Federal, a ser comprovada através da ata de eleição.

CLÁUSULA 44ª - CONVÊNIO INSS / CEDAE / PRECE – A Companhia se compromete, juntamente com os Sindicatos Signatários deste ACT e com a PRECE, a buscar o restabelecimento do convênio PRISMA com o INSS.

CLÁUSULA 45ª – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – O exercício do trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento), sobre 3 (três) salários mínimos, segundo se classificarem nos graus máximo, médio e mínimo.

Parágrafo 1º - O direito do empregado ao adicional de insalubridade cessará com a eliminação do risco à sua saúde, nos termos das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo 2º - A caracterização e a classificação da insalubridade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou de Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

Parágrafo 3º - A Companhia avaliará, juntamente com os Sindicatos, os cargos operacionais que deverão ser liberados do corte da insalubridade, quando da transferência do empregado, em até 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA 46ª - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado, bem como nas atividades de operação e manutenção de estruturas elétricas com acentuado grau de risco, de acordo com as normas técnicas oficiais aplicáveis, devendo essa condição ser constatada através de perícia, com a participação de assistente técnico indicado pelos Sindicatos.

Parágrafo 1º - O empregado continuará recebendo o Adicional de Periculosidade havendo mudança de sigla ou de núcleo, desde que permaneça na mesma atividade, com avaliação posterior a cargo de Médico ou de Engenheiro do Trabalho.

Parágrafo 2º - No caso da avaliação citada no parágrafo 1º não confirmar a atividade do empregado em situação perigosa, a Companhia descontará, nos meses subsequentes, os valores percebidos indevidamente.

Parágrafo 3º - O trabalho em condições de periculosidade por inflamáveis assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário base mais os triênios, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

Parágrafo 4º - O trabalho em condições de periculosidade por risco elétrico assegura ao empregado 30% (trinta por cento) sobre o salário base mais os triênios do empregado.

Parágrafo 5º - O ingresso ou a permanência eventual em área de risco não gera direito ao adicional de periculosidade.

Parágrafo 6º - O direito do empregado ao adicional de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua integridade física, nos termos das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo 7º - A caracterização e a classificação da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou de Engenheiro do Trabalho registrados no Ministério do Trabalho.

Cláusula 47ª – GARANTIA DE 99% NO EMPREGO – De 1º de maio de 2008 a 30 de Abril de 2009 e de 1º de maio de 2009 a 30 de Abril de 2010 a Companhia concederá, em cada um dos períodos indicados, a garantia no emprego a 99% (noventa e nove por cento) de seu efetivo de pessoal.

Parágrafo 1º - Assim sendo, a Companhia não poderá promover, em cada um dos períodos indicados no caput desta cláusula, demissões sem justa causa superiores a 1% (hum por cento) do efetivo existente no início de cada período.

Parágrafo 2º - Não serão computados para os efeitos do cálculo do percentual estabelecido no Parágrafo 1º desta cláusula os seguintes casos: demissão por justa causa; demissão por iniciativa do empregado; falecimento de empregados; desligamentos espontâneos de empregados aposentados por qualquer regime previdenciário; aposentadorias por invalidez, término de contrato por prazo determinado e programa de demissão voluntária/incentivada.

Parágrafo 3º - Em caso do rompimento de concessão dos serviços, a Companhia compromete-se a absorver os empregados envolvidos em outras áreas de sua atuação.

Parágrafo 4º - Para pleno cumprimento desta cláusula, no caso de demissão sem justa causa, a Companhia comunicará ao Sindicato da base do mesmo sobre a dispensa, com as

informações e documentos pertinentes, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o aviso ao empregado desligado. O Sindicato da base do empregado desligado representado por seu Presidente ou substituto formal, terá que, em até 5 (cinco) dias após o recebimento da comunicação, apresentar diretamente ao Presidente da CEDAE, se for o caso, recurso em defesa do empregado. Caberá a Diretoria Colegiada da CEDAE, que cientificará preliminarmente o Presidente do Sindicato da base do empregado desligado, a decisão final sobre a manutenção ou suspensão do desligamento do empregado.

Parágrafo 5º - A apresentação de recurso implicará na suspensão dos efeitos da demissão até a decisão final da Diretoria Colegiada da CEDAE.

Parágrafo 6º - A não manifestação por escrito do Sindicato da base do empregado desligado, vencido o prazo previsto no parágrafo 4º, ratifica a decisão da CEDAE para a demissão sem justa causa.

Parágrafo 7º - A quantidade de empregados em 30 de abril de 2008 é de 7.559 (sete mil e quinhentos e cinquenta e nove).

Parágrafo 8º - A quantidade de empregados existente em 30 de abril de 2009 será devidamente informada e comunicada, por escrito, aos SINDICATOS signatários deste Acordo no mês de Maio de 2009.

CLÁUSULA 48ª – SALDO DE POUPANÇA/PRECE – A Companhia informará, mensalmente, o saldo de poupança da PRECE, referente a cada empregado no contracheque sem qualquer desconto ou redução.

CLÁUSULA 49ª – ABONO DE FALTA A ESTUDANTES – A Companhia liberará da prestação de serviço, sem prejuízo da remuneração respectiva, uma hora antes do término da jornada nos dias de realização das provas escolares, os empregados que comprovarem a condição de estudantes, desde que a realização dessas provas seja comunicada ao setor competente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

CLÁUSULA 50ª - TRATAMENTO ADICIONAL AO ACIDENTADO – Os empregados que sofrerem redução da sua capacidade laborativa, em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão tratamento pago pela Caixa de Assistência Médico Hospitalar.

CLÁUSULA 51ª – READAPTAÇÃO PROFISSIONAL E ESTABILIDADE DO ACIDENTADO – A Companhia concorda em promover, para o empregado que retornar de acidente de trabalho ou doença do trabalho, em conjunto com os órgãos especializados da Previdência Social, a sua pronta readaptação profissional, levando em conta eventual redução da capacidade laborativa, garantindo o emprego ao mesmo durante o prazo previsto em Lei e readaptando-o em cargo correlato, sem prejuízo na remuneração antes percebida.

CLÁUSULA 52ª - ATESTADO CAC - A Companhia concorda que venha a ser abonadas as ausências do empregado, com a apresentação de Atestado da CAC ou do SUS - Sistema Único de Saúde dos 15 (quinze) primeiros dias.

Parágrafo Único – A Companhia disciplinará a operacionalização desta cláusula ouvida a CAC, inclusive no que se refere a eventual hipótese de impugnação do atestado médico, uma vez que não é permitido ao chefe imediato do empregado o exercício desta faculdade.

CLÁUSULA 53ª – COMITÊ PARITÁRIO DE RH – A Companhia concorda em manter o Comitê de Recursos Humanos, na forma vigente, ou seja, conforme Norma Regulamentadora do Comitê Paritário de Recursos Humanos, aprovada na REDIR de 28 de agosto de 1991, reunindo-se o mesmo pelo menos uma vez por mês.

Parágrafo Único – As matérias analisadas no Comitê e encaminhadas como sugestão à Diretoria da Companhia, deverão ser apreciadas por esta, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA 54ª - LICENÇA ADOÇÃO – A Companhia concederá às empregadas que adotarem filhos de até 1 (um) ano, os mesmos critérios de licença à gestante de 180 (cento e oitenta) dias, conforme estabelece a Constituição Federal no inciso XVIII do artigo 6º e nos termos da legislação estadual (LEI nº 5.160/2007 – PROGRAMA MATERNIDADE CIDADÃ).

CLÁUSULA 55ª - RELAÇÃO NOMINAL DOS EMPREGADOS – A Companhia encaminhará aos Sindicatos cópia das guias de contribuição sindical e assistencial, com a relação nominal dos respectivos salários, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o desconto.

CLÁUSULA 56ª - JORNADA SEMANAL DE TRABALHO - A Companhia, por liberalidade, manterá em vigor a jornada máxima de 40 (quarenta) horas para todos os seus empregados que não trabalham em regime de escala 24x72, ressalvadas as situações de empregados que, em virtude da Lei, estejam submetidos à jornada semanal especial.

Parágrafo Único – A jornada semanal ora pactuada de 40 horas, ressalvadas as situações de empregados que, em virtude da lei, estejam submetidos à jornada semanal especial, não acarretará em qualquer alteração no divisor para apuração do salário-hora, que será 220.

CLÁUSULA 57ª – JORNADA EXTRAORDINÁRIA, EMPREGADOS ESTUDANTES - Fica proibida a prorrogação da jornada de trabalho do empregado estudante, ressalvadas as hipóteses dos artigos 59 e 61, da CLT.

CLÁUSULA 58ª - REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL – A Companhia promoverá reuniões com os Sindicatos para informá-los sobre planos e providências referentes à reestruturação administrativa, operacional, financeira e patrimonial da empresa e avaliar sugestões e propostas dos trabalhadores encaminhadas através das entidades sindicais.

CLÁUSULA 59ª – LIBERAÇÃO DE FREQUÊNCIA – A liberação de frequência dos empregados que sejam integrantes da Diretoria Colegiada do Sindicato, não liberados conforme a Cláusula 22ª, e os representantes sindicais efetivos ou suplentes, quando for o caso, deverá ser solicitada a Gerência de Recursos Humanos com o mínimo de três (3) dias de antecedência para atividades de comprovada representação sindical.

CLÁUSULA 60ª – FÉRIAS – A Companhia concorda que, para os empregados que requeiram o abono pecuniário estabelecido nos Artigos 142 a 145 da CLT, o início do gozo de férias será sempre no 1º dia útil do mês ou no 1º dia útil após o dia 10 (dez) de cada mês. Para os empregados que optarem pelo gozo integral das férias, sem a conversão prevista nesta Cláusula, o início do gozo de férias será no 1º dia útil do mês. A Companhia manterá a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) do efetivo em férias a cada mês.

CLÁUSULA 61ª – ABONO PECUNIÁRIO – A Companhia pagará o abono pecuniário, estabelecido no Artigo 143 da CLT, aos empregados que venham a requerê-lo de acordo com as normas estabelecidas, que terá como base de cálculo a remuneração mensal.

CLÁUSULA 62ª - HOMOLOGAÇÕES – A Companhia se compromete a efetuar as homologações nas respectivas sedes dos sindicatos (Niterói, Campos e Rio), com exames demissionais.

CLÁUSULA 63ª - PRECE – A CEDAE, na condição de patrocinadora da PRECE, e na forma do estatuto vigente, manterá a atual composição da Diretoria e dos Conselhos na instituição PRECE.

Parágrafo ÚNICO - A Companhia se compromete a liberar em tempo integral o empregado eleito para ocupação de cargo de Diretor titular para a instituição PRECE, sem prejuízo de suas remunerações e férias.

CLÁUSULA 64ª – DIRETORIA DA CAC – A Companhia, na forma do estatuto vigente da CAC, manterá a atual composição da Diretoria e dos Conselhos na instituição CAC.

Parágrafo Único - A Companhia se compromete a liberar em tempo integral os empregados eleitos para os cargos de Diretor titular para a instituição CAC, sem prejuízo de suas remunerações e férias.

CLÁUSULA 65ª – LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS ELEITOS PRECE/CAC – A Companhia se compromete a liberar os empregados eleitos para os Conselhos das instituições PRECE e CAC, titular ou suplente, para participação comprovada em eventos

relacionados à Saúde e à Previdência Complementar, quando devidamente convocados pelas Diretorias das instituições epígrafadas, sem prejuízo de sua remuneração e férias.

CLÁUSULA 66ª - CONVÊNIO COM OS MUNICÍPIOS - A CEDAE implementará política clara e definida para a renovação dos convênios com os municípios.

CLÁUSULA 67ª - COIBIÇÃO DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS – A CEDAE, por meio de sua área de recursos humanos compromete-se a desenvolver campanhas de conscientização e orientação destinada aos empregados e aos gerentes sobre temas como o Assédio Moral, o Assédio Sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia política, com o objetivo de prevenir a ocorrência de tais distorções e coibir atos e posturas discriminatórias nos ambientes de trabalho e na sociedade de forma geral.

CLÁUSULA 68ª – TRANSFERÊNCIA – A CEDAE se compromete a continuar cumprindo integralmente o disposto no artigo 469 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

CLÁUSULA 69ª – ESTUDO DE PARCELAS REMUNERATÓRIAS – A Companhia constituirá, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de assinatura do acordo, Comissão Paritária composta por 06 (seis) membros, metade indicada pela Presidência da CEDAE e a outra metade indicada pelos Sindicatos Signatários deste Acordo, para avaliar e apresentar relatório, observada a legislação, paridade com o mercado e aspectos econômico-financeiros, para deliberação da Diretoria da CEDAE, ouvida a PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, sobre questões relativas a unificação de vantagens previstas no PCCS, indicadas abaixo:

- a) Gratificação de Férias de 100% sobre a remuneração;
- b) Adicional de experiência em cargo de confiança;
- c) Adicional de Tempo de Serviço (triênios cumulativos); e
- d) Prêmio Aposentadoria.

CLÁUSULA 70ª – CONCURSO PÚBLICO – A Companhia promoverá estudos e proporá ao Governo do Estado a realização de Concurso Público, com vistas ao suprimento de vagas existentes, objetivando a recomposição de seu quadro funcional e redução o quadro de terceirizados em atividades da Companhia.

CLÁUSULA 71ª - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS (PL) - A Companhia se compromete a promover estudos com objetivo de avaliar a possibilidade de prever a participação nos lucros aos empregados, como forma de melhoria do processo de gestão em curso e relacionado com a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS.

CLÁUSULA 72ª – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DO ACORDO – A partir de 01/05/2008, o descumprimento pela Companhia ou pelos Sindicatos Signatários de quaisquer Cláusulas deste Acordo, obrigará ao pagamento de uma multa no valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais) por infração efetivamente apurada a cada ano, e que será revertida ao trabalhador, independentemente da obrigação do respectivo cumprimento e

sem prejuízo da multa ora estabelecida, ressalvada a hipótese de que a CEDAE ou Sindicatos Signatários, por ação ou omissão, não haver dado causa a infração.

CLÁUSULA 73ª – VIGÊNCIA – O presente Acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a contar de 1º de maio de 2008 até 30 de abril de 2010.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2009.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE
Presidente da CEDAE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE SANEAMENTO BÁSICO E MEIO
AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO – SINTSAMA/RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO E PURIFICAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS E EM SERVIÇO DE ESGOTOS DE NITERÓI - STIPDAENIT

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO E PURIFICAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS E EM SERVIÇO DE ESGOTOS DE CAMPOS E REGIÃO NORTE E
NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - STAECNON

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SENGE/RJ

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINAERJ

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU/CUT